

Atuação do TCU gera benefícios de R\$ 1,49 bi aos cofres públicos

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhou ao Congresso Nacional relatório de atividades do TCU relativo ao 2º trimestre de 2007. O documento mostra que a atuação do TCU proporcionará uma economia, nos próximos cinco anos, de R\$ 1,17 bilhão aos cofres públicos com a implementação de nova sistemática de repasse de recursos a terceiros implementada pela Secretaria de Receita Previdenciária. As atividades do TCU também eliminaram desperdícios de custos administrativos e reduziram tarifas públicas e preços máximos em processo de licitação.

O relatório destacou que o tribunal adotou 38 medidas cautelares que determinaram, entre outras providências, a suspensão dos atos ou procedimentos impugnados, para evitar possíveis prejuízos de R\$ 800 milhões aos cofres públicos. Além disso, 620 responsáveis foram condenados ao recolhimento de débito e/ou pagamento de multa, em montante superior a R\$ 140 milhões. O relatório também ressaltou a apreciação e emissão de parecer prévio conclusivo sobre as contas do governo, referentes a 2006, com 28 ressalvas.

O tribunal remeteu cópia de 309 processos ao Ministério Público da União, para fins de ajuizamento de ações cíveis e penais cabíveis, em razão de dano ao erário. O relatório mostra o crescimento expressivo do número de denúncias e representações encaminhadas ao tribunal, quando comparado com o mesmo período do ano passado.

O presidente destacou que houve um aumento de 16% no número de processos julgados pelo TCU em relação a 2006. Segundo ele, o resultado é reflexo do aprimoramento dos processos de trabalho promovido pelo tribunal e do desenvolvimento de ferramentas e métodos que permitem ao TCU atuar de forma cada vez mais seletiva. Walton Alencar Rodrigues observou ainda a busca do tribunal pelo aperfeiçoamento na estrutura legal e normativa de suporte à atividade de controle externo e o constante investimento na capacitação de seu corpo técnico e gerencial.



Ministro abre Seminário de Boas Práticas Ambientais no Poder Legislativo

O ministro Ubiratan Aguiar, do Tribunal de Contas da União participou do I Seminário de Boas Práticas Ambientais no Poder Legislativo, promovido pelo TCU, Câmara dos Deputados e Senado Federal. O ministro destacou a iniciativa das casas em difundir as boas práticas com o seminário, que teve como objetivo compartilhar as experiências obtidas com a adoção de programas de gestão ambiental no âmbito do Poder Legislativo de todo País.

O evento, objetivou conciliar a exposição de práticas desenvolvidas pelo Congresso Nacional, TCU, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, com palestras técnicas capazes de sensibilizar e instruir para a implantação de ações sustentáveis na esfera administrativa governamental.